

-9 MAR 15 1930676

REGIÃO DE CAPITALIZADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LET'S RENT A CAR S.A.

entre

LET'S RENT A CAR S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e, na qualidade de fiadores,

RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.**AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.****SÉRGIO SARTI MAGNANI****RENATO SARTI MAGNANI**

e, na qualidade de coobrigadas,

MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES**MARIA TERESA MAGNANI HAGE**

e, na qualidade de interveniente anuente,

MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI

Datado de
03 de março de 2015

Custas: R\$
Total 968,66

930676-5ºRTD

Sml 684,88-Fel 140,71-8ºD 22,26-Mm 12,00-Ac 0,24-Fundper 34,08-Funper
46,08 pen 27,26-Registrado, microfilmado e digitalizado em 09/03/15

-9 MAR 15 1930676

ÍNDICE

REGISTRO DE EMPRESAS
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

1. Autorização.....	5
2. Requisitos.....	5
3. Objeto Social da Emissora	7
4. Destinação dos Recursos.....	7
5. Características da Emissão e da Oferta Restrita.....	7
6. Características das Debêntures.....	9
7. Obrigações Adicionais da Emissora, dos Fiadores e das Coobrigadas.....	30
8. Agente Fiduciário	36
9. Assembleia Geral de Debenturistas	42
10. Declarações da Emissora, dos Fiadores e das Coobrigadas.....	43
11. Renúncia	48
12. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica	48
13. Alterações.....	48
14. Disposições Gerais	48
15. Lei Aplicável e Foro.....	49



-9 MAR 15 930676

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LET'S RENT A CAR S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- I. Na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

LET'S RENT A CAR S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris, CEP 14.808-100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.873.894/0001-24, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.456.319, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

- II. Na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, com sede Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão e nela interveniente (o "Agente Fiduciário"), representando o(s) Debenturista(s) da Emissão;

- III. Na qualidade de fiadores (em conjunto, "Fiadores"),

RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, Bairro Jardim Arco Íris, CEP 14.808-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.954.460/0001-61, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Rodoviário Morada");

AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás, na Fazenda Guaicá, CEP 75.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.123.422/0001-54, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agropecuária Guaicá") e, em conjunto com Rodoviário Morada, "Sociedades do Grupo Morada";

-9 MAR 15 1930676

SÉRGIO SARTI MAGNANI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens com Maria del Carmen Molina Magnani, zootecnista, portador da carteira de identidade nº 9.346.490-3, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 105.318.208-23, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Sérgio"); e

RENATO SARTI MAGNANI, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 9.149.865-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 081.658.798-12, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Renato");

IV. Na qualidade de coobrigadas (em conjunto, "Coobrigadas"),

MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 7.488.377-X, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.768.148-40, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Eugênia"); e

MARIA TERESA MAGNANI HAGE, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 7.488.372-0, inscrita no CPF/MF sob o nº 041.893.438-03, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Teresa" e, em conjunto com Sérgio, Renato e Maria Eugênia, "Acionistas Controladores");

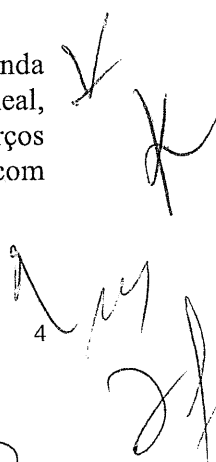
e, ainda,

V. Na qualidade de interveniente anuente,

MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI, brasileira, casada em regime de comunhão parcial com Sérgio Sarti Magnani, empresária, portadora da carteira de identidade nº 8.545.222-1, inscrita no CPF/MF sob o nº 145.520.018-25, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Del Carmen");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, os Fiadores e as Coobrigadas doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, celebrar este "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Let's Rent a Car S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os termos e condições a seguir.



-9 MAR 15 930676

Os termos aqui utilizados iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins desta Escritura de Emissão, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta Restrita", respectivamente), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), é realizada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 03 de março de 2015 ("AGE da Emissão"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), que aprovou os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita, bem como a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido) prestadas pela Emissora.

1.2 As Fianças (conforme abaixo definido) foram aprovadas com base nas deliberações societárias das Sociedades do Grupo Morada ("Atos Societários das Garantias Fidejussórias"):

- (a) Reunião de Sócios da Rodoviário Morada realizada em 03 de março de 2015, por meio da qual foi deliberada a aprovação da Fiança; e
- (b) Reunião de Sócios da Agropecuária Guaicá realizada em 03 de março de 2015, por meio da qual foi deliberada a aprovação da Fiança.

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação da ata da AGE da Emissão.* A ata da AGE da Emissão deverá ter sido arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.
- II. *Inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na JUCESP.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, deverão ter sido inscritos na JUCESP, nos termos do inciso II e do parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente inscritos na JUCESP tempestivamente após a obtenção da referida inscrição.

- 9 MAR 15 930676

- III. *Registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures deverão ter sido registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- IV. *Dispensa de registro na CVM e registro na ANBIMA.* A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Adicionalmente, por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.
- V. *Arquivamento das atas dos Atos Societários das Garantias.* As atas dos Atos Societários das Garantias Fidejussórias deverão ter sido arquivadas nas juntas comerciais competentes.
- VI. *Assinatura e registro dos Contratos de Garantia Real (conforme abaixo definido).* Até a Data de Emissão (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia Real deverão ter sido registrados, nos cartórios competentes, nas formas previstas nos referidos Contratos de Garantia Real.
- VII. *Registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos nos cartórios competentes.* Em decorrência da prestação da Fiança pelos Fiadores, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, deverão ter sido registrados, até a Data de Emissão, nos cartórios de registro de títulos e documentos da Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente registrado nos cartórios indicados acima tempestivamente após a obtenção do referido registro. Adicionalmente, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua assinatura, esta Escritura de Emissão deverá ser registrada no cartório de registro de títulos e documentos da Cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás (“RTD Cachoeira Alta”), devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura de Emissão e seus

-9 MAR 15 1930676

eventuais aditamentos devidamente registrado no RTD Cachoeira Alta, tempestivamente após a obtenção do referido registro.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a locação de veículos e demais meios de transporte rodoviário, com ou sem motorista, locação de máquinas, equipamentos comerciais, industriais e agrícolas.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados da seguinte forma: (i) o valor mínimo de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para a aquisição de veículos novos com o propósito de locação e terceirização de frota; e (ii) o restante, no valor máximo de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para o pagamento de dívidas já existentes contraídas pela Emissora em decorrência de operações de financiamento vinculadas aos veículos da Emissora e consequente alongamento do perfil de endividamento da Emissora.

4.2 Fica estabelecido que os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão depositados em conta corrente de sua titularidade, a ser mantida junto ao Banco Custodiante (conforme definido nesta Escritura), e que só poderão ser movimentados pela Emissora nos termos do item (iv) da Cláusula 6.7.1 da presente Escritura de Emissão, observada também a manutenção do Limite Mínimo Global, descrito no item (i) da Cláusula 6.7.1 abaixo.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA

5.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

5.2 *Valor total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 6.500 (seis mil e quinhentas) Debêntures.

5.4 *Séries.* A Emissão será realizada em 1 (uma) única série.

5.5 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (sendo a instituição intermediária líder, o Banco Votorantim S.A., o “Coordenador Líder” e, em conjunto com o Banco Santander (Brasil) S.A. e o Banco Caixa Geral – Brasil S.A., os “Coordenadores”), conforme previsto no “Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Segunda Emissão da Let's Rent a Car S.A.” (“Contrato de Distribuição”), a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE DOCUMENTOS
2023 - TRIBUNAL CASAL-RJ

- 5.5.1 Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 7-A e no parágrafo segundo do artigo 8º da Instrução CVM 476 ("Prazo de Colocação").
- 5.5.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, sendo certo que os montantes recebidos pelos Coordenadores em razão do pagamento, pelos Debenturistas, do Preço de Subscrição (conforme abaixo definido) das Debêntures serão repassados à Emissora mediante transferência para a Conta Vinculada - CDB (conforme abaixo definido).
- 5.5.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.
- 5.5.4 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.
- 5.5.5 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 5.5.6 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais e das Garantias Fidejussórias; e (iv) os Coordenadores e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita não prestam qualquer garantia com relação à Emissão e à Oferta Restrita.
- 5.6 *Preço de Subscrição e Forma de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) ("Preço de Subscrição"), à vista no ato de sua subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, em uma única data, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
PIOTI MANOEL GARCIA - RJ

5.7 *Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.* O banco liquidante da Emissão e escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de março de 2015 ("Data de Emissão").

6.2 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.3 *Tipo e Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.4 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

6.5 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.6 *Data de Vencimento.* A data de vencimento das Debêntures será 20 de março de 2020 ("Data de Vencimento").

6.7 *Garantias Reais.* Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, que compreendem a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo a Remuneração, multa convencional e quaisquer outros acréscimos, incluindo, mas não se limitando, aos encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber ("Obrigações Garantidas"), a Emissora constituirá, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, direitos reais de garantia mediante a oneração dos seguintes bens e/ou direitos de sua titularidade, conforme o caso (em conjunto, "Garantias Reais"):

- I. determinados veículos de propriedade da Emissora, nos termos e condições a serem descritos no(s) respectivo(s) instrumento(s) de constituição de garantia real ("Contrato

- 9 MAR 15 1930676

de Alienação Fiduciária de Veículos”);

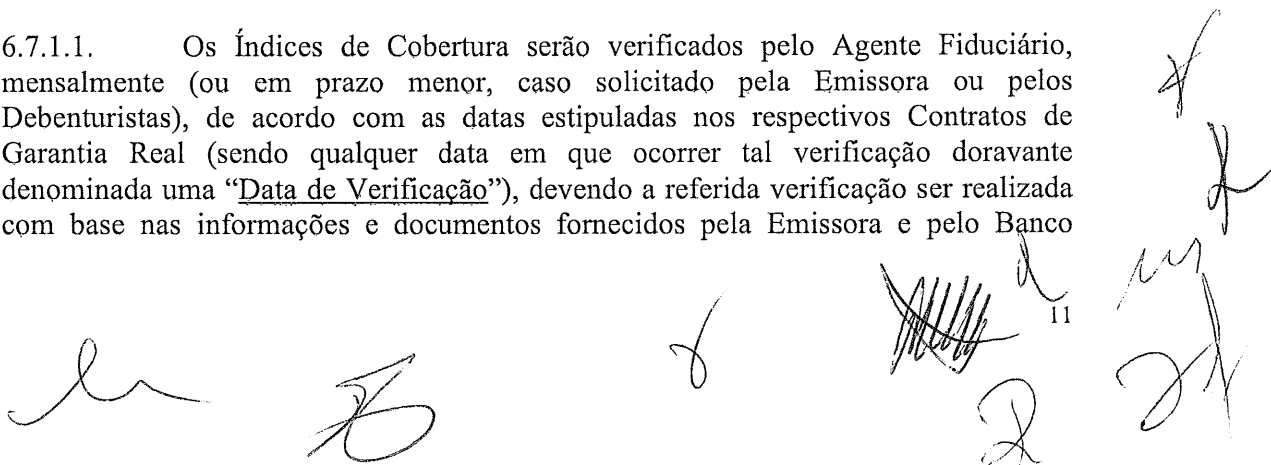
- II. cessão fiduciária da conta corrente em que serão depositados determinados recursos de titularidade da Emissora (“Conta Vinculada - Fluxo”), decorrentes da prestação de serviços da Emissora a determinados clientes, que deverão ser pagos na Conta Vinculada - Fluxo de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, a ser mantida junto ao Banco Custodiante, assim como todos os direitos creditórios que venham a ser creditados em tal conta corrente da Emissora, nos termos e condições a serem descritos no respectivo instrumento de constituição de garantia real, observado o fluxo mínimo mensal de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil de reais) durante os 12 (doze) primeiros meses contados da Data de Emissão e o fluxo mínimo mensal de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a partir do 13º (décimo terceiro) mês contados da Data de Emissão (“Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Conta Vinculada”); e
- III. cessão fiduciária da conta corrente em que serão depositados os recursos da Emissão (“Conta Vinculada - CDB”) e, caso haja aplicação, cessão fiduciária dos certificados de depósitos bancários e/ou aplicações compromissadas adquiridos pela Emissora com recursos provenientes da Emissão e/ou recursos que eventualmente venham a ser depositados na referida conta corrente para compor o Limite Mínimo Global (conforme abaixo definido), nos termos e condições descritos no respectivo instrumento de constituição de garantia real (“Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB”, e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Conta Vinculada, “Contratos de Garantia Real”).
- 6.7.1. Observado o disposto nos Contratos de Garantia Real, as Garantias Reais deverão, durante toda a vigência das Debêntures, observar, cumulativamente, os seguintes índices de cobertura (“Índices de Cobertura”):
- (i) **Limite Mínimo Global:** Durante toda a vigência das Debêntures, o resultado da somatória entre os itens (a) e (b) a seguir deverá corresponder a, pelo menos, 100% (cem por cento) do valor equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a respectiva data de cálculo, ficando desde já estabelecido que, para fins deste cálculo, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definidas abaixo (“Limite Mínimo Global”):
 - (a) o valor de venda dos veículos alienados fiduciariamente em garantia das Debêntures nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos (“Veículos”); e
 - (b) os recursos disponíveis mantidos na Conta Vinculada - CDB;
 - (ii) **Condições para Alienação Fiduciária de Veículos:** Poderão ser alienados fiduciariamente Veículos que tenham, no máximo, 40 (quarenta) meses de uso contados da data da emissão da nota fiscal de venda do respectivo Veículo, sendo

-9 MAR 15 930676

certo que a média aritmética do prazo de uso dos Veículos alienados fiduciariamente aos Debenturistas deverá ser de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses;

- (iii) **Fluxo de Recebíveis na Conta Vinculada Fluxo:** A Emissora deverá fazer com que seja direcionado o fluxo de recebíveis de determinados contratos de prestação de serviços da Emissora a seus clientes na Conta Vinculada - Fluxo, observado o fluxo mínimo mensal de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) durante os 12 (doze) primeiros meses contados da Data de Emissão, e o fluxo mínimo mensal de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a partir do 13º (décimo terceiro) mês contados da Data da Emissão ("Fluxo Mínimo" e "Cessão Fiduciária do Fluxo"). A medição do Fluxo Mínimo deverá ser realizada nos termos a serem descritos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Conta Vinculada; e
- (iv) **Manutenção de Recursos em CDB:** Os recursos decorrentes da Emissão serão recebidos pela Emissora na Conta Vinculada - CDB e, na sequência, aplicados pela Emissora em certificado(s) de depósito bancário ("CDB") e/ou em operações compromissadas, devendo tais recursos serem liberados para uma conta de livre movimentação da Emissora à medida que os demais Índices de Cobertura acima previstos estejam sendo cumpridos e não tenha ocorrido ou esteja em curso um Evento de Inadimplemento, observado que até 30 de junho de 2015, ou até que seja cumprida a obrigação prevista no item (iii) abaixo, o que ocorrer por último ("Período de Aplicação Mínima"), a Emissora deverá manter um valor mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) aplicado em CDBs adquiridos ("Aplicação Mínima"), observados os termos e as condições de liberação previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB. Para os fins de liberação da Aplicação Mínima durante o Período de Aplicação Mínima, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, além das Demonstrações Trimestrais referidas no item (b) do inciso II da Cláusula 7.2 todos os documentos a seguir: (i) o relatório anual, nos termos do artigo 12, inciso XVII, da Instrução CVM 28 (conforme definida a seguir), emitido pelo agente fiduciário da 1ª Emissão (conforme definida a seguir); (ii) declaração emitida pela Emissora, nos termos do Anexo III a esta Escritura de Emissão, endereçada ao Agente Fiduciário desta Emissão, informando que está adimplente com suas obrigações decorrentes da 1ª emissão de debêntures da Emissora ("1ª Emissão"); e (iii) as autorizações (*waivers*) mencionadas no item XXIV, da cláusula 7.1 a seguir, devendo referidas liberações da Aplicação Mínima observar os termos e condições descritos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB.

6.7.1.1. Os Índices de Cobertura serão verificados pelo Agente Fiduciário, mensalmente (ou em prazo menor, caso solicitado pela Emissora ou pelos Debenturistas), de acordo com as datas estipuladas nos respectivos Contratos de Garantia Real (sendo qualquer data em que ocorrer tal verificação doravante denominada uma "Data de Verificação"), devendo a referida verificação ser realizada com base nas informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelo Banco



- 9 MAR 15 930676

Custodiante (conforme definido a seguir), conforme aplicável e conforme disposto nos Contratos de Garantia Real.

- 6.7.1.2. Para efeitos desta Emissão, o banco custodiante, responsável pela custódia das contas correntes em que serão depositados os recursos relacionados as garantias reais descritas nos itens II e III da cláusula 6.7 acima, será o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Custodiante").
- 6.7.2. Sem prejuízo das demais disposições descritas nos Contratos de Garantia Real, caso o Agente Fiduciário verifique, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, o não atendimento de quaisquer dos Índices de Cobertura em uma Data de Verificação, por qualquer motivo (inclusive, mas não se limitando a, na hipótese de qualquer Garantia Real: (i) ser objeto de penhora, arresto, sequestro ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar; (ii) tornar-se insuficiente por qualquer motivo; ou (iii) vir a se deteriorar ou sofrer qualquer dano ou degradação, independentemente da ocorrência de sinistro), o Agente Fiduciário deverá, na qualidade de representante dos Debenturistas, comunicar à Emissora e ao Banco Custodiante, sobre a ocorrência de tal descumprimento até o Dia Útil imediatamente subsequente à data em que for verificado o não atendimento do(s) respectivo(s) Índice(s) de Cobertura, de forma que a Emissora possa tomar as providências necessárias para restabelecimento do Índice de Cobertura não atendido nos prazos descritos nos respectivos Contratos de Garantia Real, conforme o caso.
- 6.7.2.1. O restabelecimento dos Índices de Cobertura poderá ser realizado mediante: (i) o depósito de recursos imediatamente disponíveis na Conta Vinculada - CDB; (ii) o reforço de quaisquer das Garantias Reais, nos termos do respectivo Contrato de Garantia Real, mediante a oneração de bens e/ou direitos, conforme o caso, de natureza igual a dos bens e/ou direitos objeto das Garantias Reais, por meio da celebração de aditamento ao respectivo Contrato de Garantia Real, conforme aplicável, e registro do referido aditamento no(s) competente(s) cartório(s); ou (iii) a prestação de garantias reais adicionais, em termos e condições aceitáveis por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, por meio da celebração do respectivo instrumento de constituição de garantia real ou de aditamento ao respectivo Contrato de Garantia Real, conforme aplicável, e registro do referido documento no(s) competente(s) cartório(s).
- 6.7.2.2. Não obstante o descrito no item 6.7.2.1 acima, não será necessário realizar qualquer aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB, na hipótese de a Emissora realizar depósitos de recursos imediatamente disponíveis na Conta Vinculada - CDB. Caso a Emissora venha a fazer qualquer aplicação financeira nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB, este deverá ser aditado de modo a onerar os ativos adquiridos, pela Emissora, com os recursos disponíveis na Conta Vinculada- CDB.
- 6.7.3. Caso, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, seja verificado em uma Data de Verificação que qualquer dos Índices de Cobertura foi excedido, e desde que o Agente Fiduciário não tenha ciência da ocorrência de um inadimplemento total ou parcial ou um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), a Emissora poderá optar pela liberação da(s) Garantia(s) Real(is) a(s) qual(is) se refere(m)

-9 MAR 15 930676

o respectivo Índice de Cobertura, em montante equivalente ao valor efetivamente excedido, observado que tal liberação não poderá resultar no não atendimento de qualquer Índice de Cobertura nem em qualquer outro inadimplemento ou Evento de Vencimento Antecipado.

6.7.4. Fica desde já certo e ajustado que a não observância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução ou excussão de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda ou renúncia de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

6.8 *Garantias Fidejussórias.* Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, os Fiadores assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadores e principais pagadores do Valor Garantido (conforme abaixo definido), obrigando-se solidariamente entre si e juntamente com a Emissora por todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil" e "Fiança", respectivamente, e, em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias"). A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo a Remuneração, multa convencional e quaisquer outros acréscimos, incluindo, mas não se limitando a, os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido"), independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber. Assim, respondem os Fiadores, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de todas e quaisquer obrigações pecuniárias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.1 Os Fiadores, neste ato, renunciavam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

6.8.2 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer dos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

6.8.3 O Valor Garantido será pago pelos Fiadores em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento, por qualquer dos Fiadores, de notificação por escrito do Agente Fiduciário, renunciando os Fiadores a quaisquer discussões de mérito, ação, disputa, reclamação ou formalidades adicionais de qualquer natureza que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. A ausência de envio ou recebimento de tal notificação não eximirá a Emissora, nem os Fiadores, de suas obrigações sob esta Escritura de Emissão ou sob a Fiança, conforme o caso.

REGISTRO
-9 MAR 15 930676

- 6.8.4 A Fiança prestada pelos Fiadores constitui uma promessa de pagamento válida, exequível e incondicional, devendo os Fiadores cumprir todas as suas obrigações decorrentes desta Fiança sem oposição de qualquer exceção ou objeção, sendo certo, ainda, que, caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada, por qualquer motivo, ilegal, inválida ou ineficaz, todas as demais disposições aqui contidas permanecerão lícitas, válidas e eficazes em relação aos Fiadores.
- 6.8.5 Após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido, ocorrerá a sub-rogação, pelos Fiadores (conforme aplicável), em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
- 6.8.6 Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer dos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.
- 6.8.7 A Fiança obriga os Fiadores e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. Os Fiadores não poderão ceder as obrigações decorrentes da Fiança, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão.
- 6.8.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão. Para fins do artigo 835 do Código Civil, a Fiança é prestada por prazo determinado, sendo exigível até a data do integral pagamento do Valor Garantido.
- 6.8.9 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda ou renúncia de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.
- 6.8.10 As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.
- 6.8.11 A Sra. Maria Del Carmen Molina Magnani, cônjuge do Sr. Sérgio Sarti Magnani, o autoriza a prestar a presente Fiança, nos termos do inciso III, do artigo 1.674 do Código Civil.

-9 MAR 15 930676

6.9 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 49 (quarenta e nove) parcelas mensais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de março de 2016, e as demais parcelas no mesmo dia dos meses imediatamente subsequentes até a Data de Vencimento, nos percentuais constantes no Anexo I à presente Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, um “Data de Amortização”).

6.10 *Remuneração.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “*over* extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), acrescidos de um *spread* equivalente a 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”):

6.10.1 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive) até a Data de Vencimento ou, se for o caso a data da liquidação antecipada resultante de um evento de vencimento antecipado das Debêntures, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator \text{ de Juros} - 1)$$

onde:

J: valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros: Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI: produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator \text{ DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

REGISTRO DE TÍTULOS
- 9 MAR 15 930676

onde:

REGISTRO DE TÍTULOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

n: número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

k: número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k : Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k : Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

Spread: 3,7500% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento);

DP: número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

6.10.1.1 Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (v) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser

REGISTRO DE EMISSÃO DE TÍTULOS
-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE EMISSÃO DE TÍTULOS
considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

- 6.10.2 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização (inclusive), e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período (exclusive) ("Período de Capitalização").
- 6.10.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.
- 6.10.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do 11º (décimo primeiro) dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devida qualquer compensação financeira, multa ou penalidade aos Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.
- 6.10.5 Na hipótese prevista na Cláusula 6.10.4 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora resgatará a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa a ser utilizada para cálculo da Remuneração será equivalente à última Taxa DI divulgada, não sendo devida qualquer compensação financeira, multa ou penalidade aos Debenturistas quando do referido resgate.
- 6.11 *Pagamento da Remuneração.* O pagamento da Remuneração será realizado: (i) trimestralmente, a partir do 3º (terceiro) mês contado da Data de Emissão (inclusive) até o 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão (inclusive), sendo o primeiro pagamento em 20 de junho de 2015; e (ii) mensalmente, a partir do 13º (décimo terceiro) mês

17

REGISTRO
9 MAR 15 930676

contado da Data de Emissão (inclusive) até a Data de Vencimento (inclusive) (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme tabela descrita no Anexo II desta Escritura de Emissão.

6.12 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada das Debêntures.

6.13 *Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa.* As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo nem a amortização extraordinária facultativa pela Emissora.

6.14 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º e incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

6.15 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados diariamente desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2,0% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"), além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

6.16 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou, ainda, por meio do Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.17 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos.

6.18 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhes dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

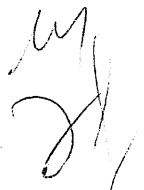
6.19 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou




6



2



-9 MAR 15 930676

isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária, com exceção do Debenturista que seja fundo de investimento, o qual não precisará enviar qualquer documentação comprobatória de imunidade ou isenção tributária ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário ou à Emissora.

6.20 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.20.1 a 6.20.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- I. inadimplemento, por parte da Emissora, dos Fiadores e/ou Coobrigadas, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa à Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantia Real ou aos demais documentos relacionados às Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- II. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores ou das Coobrigadas, conforme aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia Real ou demais documentos relacionados às Debêntures, que não seja regularizada (i) para obrigações ou Eventos de Vencimento Antecipado com prazo de cura específico, no prazo de cura estabelecido; (ii) para obrigações ou Eventos de Vencimento Antecipado sem prazo de cura específico, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do descumprimento ou Evento de Vencimento Antecipado;
- III. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral não sujeita a recurso, condenando ou determinando o pagamento de valor, individual ou global, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- IV. execução contra a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores e/ou das Coobrigadas cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, em qualquer dos casos, o título ou execução esteja sendo contestado por procedimento devidamente instaurado e diligentemente conduzido e a sua execução ou garantias prestadas não recaia sobre bens ou direitos da Emissora, dos Fiadores e/ou das Coobrigadas que constituam Gravames (conforme abaixo definido) não permitidos nesta Escritura de Emissão. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Gravames” significa a constituição ou outorga, pela Emissora, e/ou por qualquer dos Fiadores e/ou das Coobrigadas, de qualquer garantia (real), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia sobre quaisquer de seus respectivos bens ou direitos;

-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE TÍTULOS DE CRÉDITO

BIDEC - BANCOS DE DEBÊNTURAS

- V. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, e cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias contados do referido protesto, for validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) foi apresentada defesa tempestivamente e foram prestadas as devidas garantias em juízo, observadas as restrições contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. (a) dissolução, extinção, requerimento de autofalência ou da própria insolvência, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, ou adoção de qualquer medida para recuperação extrajudicial e/ou liquidação da Emissora e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada; ou (b) pedido de falência ou insolvência, ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, contra a Emissora e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada não elidido no prazo legal;
- VII. cisão, fusão, incorporação (inclusive de ações) da Emissora e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada ou caso a Emissora e/ou qualquer das Sociedades do Grupo Morada constitua qualquer sociedade ou passe a deter participação, direta ou indiretamente, em qualquer sociedade sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, exceto se: (a) tal operação ocorrer entre a Emissora e/ou Sociedades do Grupo Morada e suas Afiliadas; (b) a sociedade resultante da parcela cindida, constituída pela Emissora e/ou por qualquer das Sociedades do Grupo Morada ou na qual estas passem a deter participação, direta ou indiretamente, conforme o caso, formalize sua condição de fiadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, passando a mesma a integrar a definição de "Fiadores" aqui prevista, por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, o qual deverá ser devidamente celebrado e registrado nos cartórios competentes em até 20 (vinte) dias contados da ocorrência da referida operação; e/ou (c) fusão e/ou incorporação (inclusive de ações) que não impliquem em mudança de controle acionário da Emissora;
- VIII. ocorrência de qualquer alteração na composição do quadro de acionistas da Emissora, ou qualquer venda, cessão ou outra transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora em qualquer operação isolada ou qualquer série de operações que resultem em que o(s) atual(is) acionista(s) da Emissora deixe(m) de ser o(s) detentor(es) do controle acionário, direto ou indireto, e/ou das demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, sem o prévio consentimento de Debenturistas nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão. Considera-se como "controle acionário" o significado estabelecido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se a alteração no quadro de acionistas da Emissora ocorrer dentro do mesmo grupo econômico;
- IX. transferência, pela Emissora, Fiadoras e/ou Coobrigadas, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão;
- X. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra

-9 MAR 15 930676

participação nos lucros em qualquer valor caso esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório equivalente a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado e apurado pela Emissora e/ou pela respectiva Sociedade do Grupo Morada, conforme o caso, no respectivo período, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- XI. alienação voluntária ou forçada ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores e/ou das Coobrigadas, de ativos permanentes, incluindo participações, direta ou indiretamente detidas por estas no capital social de suas controladas caso (i) o valor, individual ou global, de tais ativos seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se tal operação for realizada no curso ordinário dos negócios da Emissora, dos Fiadores e/ou das Coobrigadas ou não envolver os veículos alienados fiduciariamente em favor dos Debenturistas (sendo certo que, dentre as atividades previstas no objeto social da Agropecuária Guaicá e, portanto, dentro do curso ordinário de seus negócios, estão a exploração agropecuária e arrendamento de imóveis rurais, bem como a compra, venda, aluguel e administração de imóveis próprios); ou (ii) tal operação possa causar uma Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido);
- XII. se, durante a vigência desta Escritura de Emissão (a) a Emissora dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais constituídas no âmbito desta Emissão ou qualquer outra forma de disposição, com exceção de disposições realizadas no curso ordinário dos negócios da Emissora e observados os termos e condições a esse respeito previstos nos Contratos de Garantia, ou (b) ocorra confisco sobre os bens objeto das Garantias Reais e não haja o respectivo reforço da garantia, nos termos previstos nos Contratos de Garantia;
- XIII. caso a Fiança, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação a qualquer dos Fiadores, ou, ainda caso a Emissora, qualquer dos Fiadores ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Fiança e/ou quaisquer das obrigações de qualquer dos Fiadores nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme o caso;
- XIV. descumprimento de quaisquer dos Índices de Cobertura, desde que tal descumprimento não seja regularizado nos prazos previstos nos respectivos Contratos de Garantia Real;
- XV. caso ocorra qualquer dos eventos de vencimento antecipado listados nos Contratos de Garantia Real;
- XVI. ocorrência de Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido) que impossibilite que a Emissora honre tempestivamente suas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura;
- XVII. não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei para a Emissora e/ou

REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE
-9 MAR 15 1930676

Sociedades do Grupo Morada, cuja não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão resulte ou possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de tal não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou as Sociedades do Grupo Morada, conforme o caso, comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou das Sociedades do Grupo Morada, conforme o caso, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença;

- XVIII. qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou por qualquer das Sociedades do Grupo Morada nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia Real ou demais documentos relacionados às Debêntures seja incorreta ou imprecisa em qualquer aspecto relevante;
- XIX. qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou por qualquer das Sociedades do Grupo Morada nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia Real ou demais documentos relacionados às Debêntures seja inverídica em qualquer aspecto relevante;
- XX. transformação da Emissora em outra forma societária, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXI. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora, conforme indicado na Cláusula 3.1 desta Escritura de Emissão;
- XXII. redução do capital social da Emissora e/ou das Sociedades do Grupo Morada com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão;
- XXIII. falecimento, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, evento equivalente ou procedimento similar com relação a qualquer Fiador, quando se tratar de pessoa natural, ou Coobrigada, sem a observância dos seguintes prazos e procedimentos: (i) indicação, prévia, pela Emissora aos Debenturistas, para que estes tomem ciência do potencial fiador ou coobrigada substituto idôneo, no prazo máximo de 15 dias (quinze) dias, contados da ocorrência de um dos eventos citados no início deste item; (ii) em até 15 (quinze) dias dias após a indicação pela Emissora do novo fiador e/ou coobrigada, deverá ser convocada Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário para formalização da aceitação ou não, pelos Debenturistas, do novo fiador ou coobrigada apresentado pela Emissora, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, podendo tal processo repetir-se tantas vezes quantas se fizer necessário, observado que o novo fiador e/ou coobrigada deverá ter sido efetivamente substituído em até 60 (sessenta) dias contados da ocorrência de um dos eventos citados no início deste item;
- XXIV. declaração de vencimento antecipado de dívidas da Emissora e/ou das Sociedades do Grupo Morada decorrentes de operações financeiras ou no mercado de capitais;
- XXV. inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não pecuniária, em dívidas da Emissora e/ou das Sociedades do Grupo Morada, que representem, individualmente ou de forma conjunta, valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais),

-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
PIÓDI JANEIRO CAPITAL-RJ

conforme o caso;

XXVI. inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não pecuniária, ou declaração de vencimento antecipado, de qualquer instrumento firmado pela Emissora e/ou por quaisquer das Sociedades do Grupo Morada com os Debenturistas, independentemente do valor envolvido;

XXVII. caso a Coobrigação, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação a qualquer das Coobrigadas, ou, ainda caso a Emissora, qualquer das Coobrigadas ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Coobrigação e/ou quaisquer das obrigações de qualquer das Coobrigadas nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme o caso;

XXVIII. atuação da Emissora ou de qualquer uma das Sociedades do Grupo Morada, em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), apurada através de sentença judicial transitada em julgado; e

XXIX. contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro, na qual a Emissora figure como parte concedente, a qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou controladas, ou coligadas da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) figurem como parte tomadora, assim como a celebração de contratos de mútuo pela Emissora ou por seus acionistas, exceto se previamente aprovada por Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão;

XXX. não observância, pela Emissora, dos limites e índices financeiros, apurados e calculados pelos auditores independentes da Emissora ao término de cada trimestre do exercício social da Emissora, sendo que a primeira aferição deverá ser realizada com bases nas informações financeiras trimestrais de 30 de junho de 2015, e as demais aferições nos trimestres subsequentes, com base nas demonstrações financeiras individuais auditadas ou revisadas da Emissora, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, por empresa de auditoria cadastrada na CVM e observado os prazos legais para suas respectivas publicações ("Índices Financeiros");

- Dívida Líquida / EBITDA não superior a 2,8 vezes em todos os trimestres calculados; e
- Dívida Líquida / Imobilizado inferior ou igual a 1,2 vezes em todos os trimestres calculados.

XXXI. não obtenção pela Emissora de eventuais autorizações (*waivers*) de credores, que sejam consideradas necessárias, em até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão.

Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos terão os seguintes significados:



-9 MAR 15 930676

“Afiliada” significa, com relação à Emissora, qualquer uma das Sociedades do Grupo Morada, seus Acionistas Controladores, qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores;

“Dívida Bruta” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas, jurídicas e/ou entidades governamentais, incluindo, mas não limitado a: (a) arrendamentos mercantis; (b) empréstimos e financiamentos com terceiros; (c) emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional; e (d) dívidas tributárias; (e) avais, fianças e garantias fidejussórias prestadas pela Emissora e/ou por Sociedades do Grupo Morada em garantia a obrigações assumidas por terceiros que não pertençam ao grupo econômico da Emissora; e (f) operações de securitização de direitos creditórios conforme registradas ou não no balanço de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

“Dívida Líquida” significa o montante de Dívida Bruta deduzido somatório do saldo das seguintes rubricas presentes nas demonstrações financeiras individuais auditadas da Emissora: (i) “Caixa e Equivalentes de Caixa” (registradas no grupo “Ativo Circulante”); (ii) “Aplicações Financeiras” (registradas no grupo “Ativo Circulante”); (iv) “Aplicações Financeiras” (registradas no grupo “Ativo Não Circulante”);

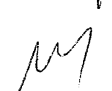
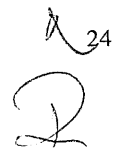
“EBITDA” significa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a soma dos últimos doze meses encerrados na data da efetiva medição dos Índices Financeiros acima referidos, das seguintes rubricas financeiras da Emissora: (i) lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos e contribuições; (ii) despesas de depreciação e amortização; (iii) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e (iv) ganhos ou perdas na alienação de ativos fixos e investimentos;

“Imobilizado” significa, o valor constante na rubrica “Imobilizado” encontradas nas demonstrações financeiras, incluindo mas não se limitando a: (i) computadores e periféricos, (ii) móveis de utensílios, (iii) veículos, (iv) Benfeitorias, (v) imobilizado em andamento e (vi) outros;

“Mudança Adversa Relevante” significa um efeito prejudicial relevante nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora ou das Sociedades do Grupo Morada que impossibilite que a Emissora e/ou as Sociedades do Grupo Morada honre(m) tempestivamente suas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures e às Garantias, decorrentes desta Escritura de Emissão;

6.20.1 Para fins do disposto na Cláusula 6.20, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras individuais auditadas da Emissora.

6.20.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens I, III, VI, VIII, IX, X, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, e XXIX do item 6.20 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, conforme o caput do item 6.20 acima, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis



24

-9 MAR 15 930676

contados da ciência da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios.

- 6.20.3 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado não automáticos, o Agente Fiduciário deverá, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado ou do fim do período de cura, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação de Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 1 (um) Dia Útil antes da data da realização da referida Assembleia.
- 6.20.4 No caso dos Eventos de Vencimento Antecipado não automáticos, após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.20.3 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios, a menos que Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.20.5 Na hipótese de não instalação, em segunda convocação, por falta de *quórum*, da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.20.6 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento referido nesta cláusula seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 6.20.7 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.20.5 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
- 6.21 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de

-9 MAR 15 930676

qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", e divulgados no *website* da Emissora (www.lets.com.br). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo jornal de publicação.

6.22 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

LET'S RENT A CAR S.A.

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 – Araraquara, SP

At.: Felipe Trench / Gabriela Gonçalves

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /

gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Av. das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304

Rio de Janeiro – RJ

CEP 22.640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br

III. para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/no, Prédio Amarelo, 2º andar – Osasco, SP

At.: José Donizetti de Oliveira / João Batista de Souza

Telefone: (11) 3684-3749 / (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-2714

Correio Eletrônico: 4001.donizetti@bradesco.com.br /

4001.jbsouza@bradesco.com.br

IV. para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663/ 1º andar

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

REGISTRADO
- 9 MAR 15 930676

Fax: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

REGISTRADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

- V. para os Fiadores (conforme aplicável):
RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 – Araraquara, SP
At.: Felipe Trench / Gabriela Gonçalves
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 – Araraquara, SP
At.: Felipe Trench / Gabriela Gonçalves
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

SÉRGIO SARTI MAGNANI
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 – Araraquara, SP
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

RENATO SARTI MAGNANI
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 – Araraquara, SP
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

- VI. para as Coobrigadas (conforme aplicável):
MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 – Araraquara, SP
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

-9 MAR 15 930676

MARIA TERESA MAGNANI HAGE

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 – Araraquara, SP

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

VII. para a Interveniente Anuente:

MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 – Araraquara, SP

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /gabriela.goncalves@grupomorada.com.br

6.22.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

6.22.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 10 (dez) dias contados da sua ocorrência.

6.22.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.22.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

6.23 *Coobrigação.* Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, as Coobrigadas, neste ato e por este instrumento, assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de coobrigadas e principais pagadoras da totalidade do Valor Garantido (“*Coobrigação*”), obrigando-se solidariamente entre si e juntamente com a Emissora e os Fiadores por todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão. As disposições constantes desta cláusula e a responsabilidade solidária assumida pelas Coobrigadas por meio desta Escritura de Emissão são estabelecidas em caráter irrevogável e irretratável, respondendo assim, as Coobrigadas, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de todas e quaisquer obrigações pecuniárias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

6.23.1 O Valor Garantido será pago pelas Coobrigadas em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento, por qualquer das Coobrigadas, de notificação por escrito do Agente Fiduciário, renunciando as Coobrigadas a quaisquer discussões de mérito, ação, disputa, reclamação ou formalidades adicionais de qualquer natureza que a Emissora venha a ter

-9 MAR 15 930676

ou exercer em relação às suas obrigações. A ausência de envio ou recebimento de tal notificação não eximirá a Emissora, nem as Coobrigadas, de suas obrigações sob esta Escritura de Emissão ou sob a Coobrigação, conforme o caso.

- 6.23.2 A Coobrigação assumida pelas Coobrigadas constitui uma promessa de pagamento válida, exequível e incondicional, devendo as Coobrigadas, conforme o caso, cumprir todas as suas obrigações decorrentes da Coobrigação sem oposição de qualquer exceção ou objeção, sendo certo, ainda, que, caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada, por qualquer motivo, ilegal, inválida ou ineficaz, todas as demais disposições aqui contidas permanecerão lícitas, válidas e eficazes em relação às Coobrigadas.
- 6.23.3 Após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido, ocorrerá a sub-rogação, pelas Coobrigadas (conforme aplicável), em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Coobrigada obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
- 6.23.4 Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer das Coobrigadas em relação à Coobrigação aqui prevista será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.
- 6.23.5 A Coobrigação obriga as Coobrigadas e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. As Coobrigadas não poderão ceder as obrigações decorrentes da Coobrigação, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão.
- 6.23.6 A presente Coobrigação entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.
- 6.23.7 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para cobrança da Coobrigação em nome dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda ou renúncia de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Coobrigação ser cobrada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.
- 6.23.8 As obrigações das Coobrigadas aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

29

-9 MAR 15

930676

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DOS FIADORES E DAS COOBRIGADAS

7.1 A Emissora está obrigada a:

- I. encaminhar ao Agente Fiduciário, para os fins de liberação da Aplicação Mínima, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB:
(i) o relatório anual, nos termos do artigo 12, inciso XVII, da Instrução CVM 28 (conforme definida a seguir), emitido pelo agente fiduciário da 1ª Emissão; e (ii) declaração emitida pela Emissora, nos termos do Anexo III a esta Escritura de Emissão, endereçada ao Agente Fiduciário desta Emissão, informando que está adimplente com suas obrigações decorrentes da 1ª emissão;
- II. manter contratada até a Data de Vencimento uma das seguintes empresas de auditoria contábil: PriceWaterhouseCoopers, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes ("Auditores Independentes");
- III. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) no prazo de até 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras individuais da Emissora auditadas pelos auditores independentes da Emissora, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Anuais");
 - (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras individuais da Emissora relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e revisadas por um dos Auditores Independentes ("Demonstrações Trimestrais");
 - (c) juntamente com as Demonstrações Anuais e Demonstrações Trimestrais, a memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, devidamente auditados ou revisados, conforme o caso, pelos Auditores Independentes, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, bem como a declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
 - (d) até o dia 31 de maio de cada ano, cópia das declarações de Imposto de Renda

REGISTRO EM CARTELA
-9 MAR 15 930676

dos Fiadores e das Coobrigadas que sejam pessoas naturais;

- (e) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
 - (f) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos da Escritura de Emissão, bem como quaisquer informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário com relação às operações financeiras contratadas pela Emissora ou com relação ao desempenho financeiro da Emissora, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
 - (g) dentro de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.22 acima;
 - (h) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou, se ali não previstos, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (i) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no item (VI) a seguir;
 - (j) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, nos prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
 - (k) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação, conforme aplicável, apresentado por terceiros contra si e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas;
e
 - (l) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da data em que tomar conhecimento de cada evento ou situação;
- IV. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- V. conforme o caso, convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- VI. informar, em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência, ao Agente Fiduciário imediatamente

REGISTRO EM
- 9 MAR 15 930676

a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

- VII. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, às informações que lhe forem solicitadas;
- VIII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- IX. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;
- X. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme as políticas de contratação de seguros da Emissora;
- XI. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário;
- XII. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XIII. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Banco Custodiante, o Agente Fiduciário e sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- XIV. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas e do Agente Fiduciário ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário nos termos da Escritura de Emissão;
- XV. não constituir quaisquer subsidiárias, nem passar a deter participação, direta ou indiretamente, inclusive por meio das demais Sociedades do Grupo Morada, em qualquer sociedade, sem que tal sociedade formalize sua condição de avalista, fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão (até o limite da participação, direta ou indireta, da Emissora, dos Fiadores e/ou das Coobrigadas na nova sociedade), passando a mesma a integrar a definição de "Fiadores" aqui prevista;
- XVI. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XVII. não agir em desconformidade com as disposições da Lei Anticorrupção, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades;
- XVIII. adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades para garantir o fiel cumprimento das leis indicadas no item XV acima por seus funcionários, executivos, diretores,

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
-9 MAR 15 1930676

representantes, procuradores e demais partes relacionadas; TAL-RJ

- XIX. não realizar operações com partes relacionadas, exceto aquelas realizadas no curso ordinário dos negócios da Emissora, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XX. efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XXI. manter verdadeiras, corretas, consistentes e completas, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e informações contidas (a) nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e (b) nos documentos fornecidos pela Emissora, no âmbito da Emissão;
- XXII. não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- XXIII. efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, a JUCESP e competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- XXIV. envio pela Emissora ao Agente Fiduciário de comprovação das autorizações (*waivers*) de credores, que sejam consideradas necessárias, em até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, sob pena de declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos do inciso XXXI da Cláusula 6.20 desta Escritura de Emissão; e
- XXV. manter a Aplicação Mínima enquanto não for enviada a comprovação ao Agente Fiduciário das autorizações (*waivers*) de credores, que sejam consideradas necessárias nos termos do inciso XXIV acima, observados os termos e as condições de liberação previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e/ou de CDB.

7.1.1. As disposições presentes nos incisos VIII, IX, X, XV, XVII e XIX da Cláusula 7.1 acima também deverão ser observadas pelas subsidiárias da Emissora e demais Sociedades do Grupo Morada.

7.2 As despesas a que se refere o inciso XIV da Cláusula 7.1 acima compreenderão, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos, editais e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. emissão de certidões;
- III. fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- IV. despesas de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas

-9 MAR 15 930676

sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;

- V. despesas com *conference call* e contatos telefônicos; e
- VI. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do inciso XIV da Cláusula 7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.3.1 O ressarcimento das despesas de que trata a Cláusula 7.3 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.4 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência. Todas as despesas constantes desta cláusula serão devidas pela Emissora e se beneficiarão das Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão.

7.5 Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter as Demonstrações Anuais a auditoria por auditor registrado na CVM;
- III. divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, dentro de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento de seu exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados no inciso III acima em sua página na rede mundial

REGISTRADO
-9 MAR 15 930676

de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

- V. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.6 Adicionalmente ao disposto acima, os Fiadores e as Coobrigadas se obrigam a, durante o prazo de vigência das Debêntures:

- I. informar ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- II. notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e/ou nos negócios da Emissora, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; e
- III. cumprir e fazer com que a Emissora cumpra, em todos os aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual a Emissora realize negócios ou possua ativos.
- IV. não agir em desconformidade com as disposições da Lei Anticorrupção, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades;
- V. adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades para garantir o fiel cumprimento das leis indicadas no item IV acima por seus funcionários, executivos, diretores, representantes, procuradores e demais partes relacionadas, conforme aplicável;
- VI. somente em relação às Sociedades do Grupo Morada, manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, para o regular exercício de suas atividades, conforme aplicável;
- VII. somente em relação às Sociedades do Grupo Morada, manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui e ali previstas;
- VIII. somente em relação às Sociedades do Grupo Morada, manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as

-9 MAR 15 930676

negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades, conforme aplicável;

- IX. manter verdadeiras, corretas, consistentes e completas, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e informações contidas (a) nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e (b) nos documentos fornecidos pelos Fiadores, no âmbito da Emissão;
- X. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui, como agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificará a regularidade da constituição das Garantias Reais, conforme aplicável, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos

REGISTRO
-9 MAR 15 930676

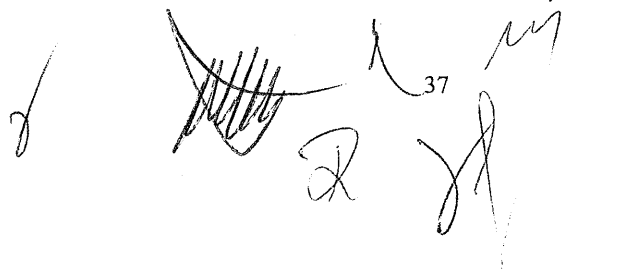
todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- XI. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XII. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos; e
- XIII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória prestada pelos Fiadores e pela Morada Participações LTDA., de alienação fiduciária de determinados veículos registrados no ativo da emissora e/ou de quaisquer dos garantidores reais, de alienação fiduciária de determinados terrenos e imóveis de propriedade da emissora e/ou de quaisquer dos garantidores reais, de cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da emissora, bem como por cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade dos garantidores reais, conforme previsto na escritura de emissão;

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

8.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.



37

- 9 MAR 15 930676

8.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.7. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.8. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

8.9. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.22 acima.

8.10. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

8.11. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

8.12. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas semestrais de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos semestres subsequentes;
- (b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, na data de aniversário desta Escritura de Emissão, pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da

REGISTRO
-9 MAR 15 930676

Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;

- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês e multa de 2,0% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*; e
- (e) as parcelas citadas na alínea "a" serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.13. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição das Garantias Reais, incluindo a verificação do registro dos Contratos de Garantia Real nos competentes cartórios, conforme aplicável; e (ii) o valor dos bens objeto da Garantia Real,

-9 MAR 15 930676

observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites eventualmente previstos nos instrumentos respectivos;

- IX. intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.22 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar o organograma, todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O referido organograma do grupo societário deverá conter, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais das Debêntures;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário; e
 - (iii) na CVM.
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

-9 MAR 15 930676

- XVIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- XIX. disponibilizar o Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou se seu *website*.

8.14. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- II. executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.14.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso V acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

REGISTRO
-9 MAR 15 930676

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.6. Para os efeitos de fixação de quórum desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ou outras partes relacionadas ("Debêntures em Circulação").

9.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA, DOS FIADORES E DAS COOBRIGADAS

10.1 A Emissora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- II. a Emissora tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir todas as respectivas obrigações neles previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



-9 MAR 15 930676

- III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real, bem como as obrigações respectivamente previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) os documentos societários da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- VI. tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- VII. cumpre em todos seus aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; e estão, assim como suas controladas, obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- VIII. as demonstrações financeiras individuais da Emissora relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014 foram revisadas pelos seus auditores independentes, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada;
- IX. inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante;



REGISTRO
-9 MAR 15 930676

- X. a Emissora cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos da Escritura de Emissão e do Contratos de Garantia Real, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4 acima;
- XI. as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XII. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- XIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses previstas na Cláusula 6.20.6, foi livremente decidida pela Emissora;
- XV. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XVI. os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVII. é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XVIII. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, das instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou às instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;
- XIX. as obrigações de pagamento da Emissora nos termos da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia Real, conforme o caso, não são subordinadas a quaisquer créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa contra a Emissora, e serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos com garantia real detidos contra a Emissora (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora e créditos garantidos por outras garantias permitidas nesta Escritura de Emissão);

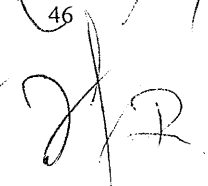


-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE DEBENTURAS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

- XX. não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado; e
- XXI. exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil, não possui quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que possam causar uma Mudança Adversa Relevante.

10.2 Cada um dos Fiadores e das Coobrigadas neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:

- I. no caso das Sociedades do Grupo Morada, é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- II. tem capacidade jurídica para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir todas as respectivas obrigações aqui previstas;
- III. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes dos Fiadores e das Coobrigadas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) os documentos societários dos Fiadores (no caso das Sociedades do Grupo Morada); (ii) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios dos Fiadores e das Coobrigadas, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores e das Coobrigadas (exceto pelas Garantias Reais, conforme aplicável); ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Fiadores, as Coobrigadas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete os Fiadores, as Coobrigadas ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- V. no caso das Sociedades do Grupo Morada, seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- VI. no caso das Sociedades do Grupo Morada, suas demonstrações financeiras individuais auditadas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014 representam corretamente sua posição financeira naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente seus ativos, passivos e



46

-9 MAR 15 930676

REGISTRO DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

contingências, de forma consolidada;

- VII. inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante, com exceção do processo de anulação de débito fiscal nº 0021438-20.2013.8.26.0037 em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Araraquara ajuizado pela Rodoviária Morada;
- VIII. não omitiu ou omitirá qualquer fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- IX. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses previstas na Cláusula 6.21.7, foi livremente decidida pela Emissora;
- X. está familiarizado com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XI. no caso das Sociedades do Grupo Morada, excetuados os processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil, não possui quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que possam causar uma Mudança Adversa Relevante;
- XII. decidiu, por sua conta e risco, prestar a Fiança ou assumir a Coobrigação, conforme o caso, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definirem o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes à Fiança ou à Coobrigação, conforme o caso, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, das instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou às instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável à Fiança ou à Coobrigação, conforme o caso;
- XIII. as informações fornecidas pelo respectivo Fiador aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XIV. é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XV. no caso dos Acionistas Controladores, tem ciência dos termos das Debêntures, está

- 9 MAR 15 930676

familiarizado com seus propósitos e objetivos e aprovou sua emissão, e, no caso das Sociedades do Grupo Morada, seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão; e

- XVI. não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

11. RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.1. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

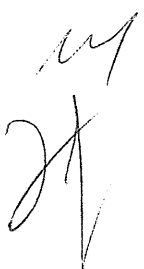
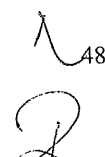

13. ALTERAÇÕES

13.1. Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as Partes, e deverá ser igualmente registrada na JUCESP.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, e obriga as Partes por si e seus sucessores.

14.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



-9 MAR 15 930676

14.3. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja elaboração permanecerá como obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

14.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

14.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

14.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

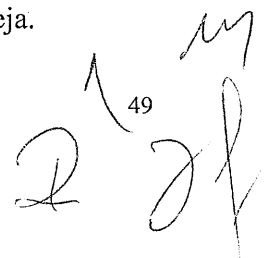
14.7. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.

14.8. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

15. LEI APLICÁVEL E FORO

15.1. Esta Escritura de Emissão será regida pelas leis do Brasil.

15.2. As Partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para conhecer e dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes da presente Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



49

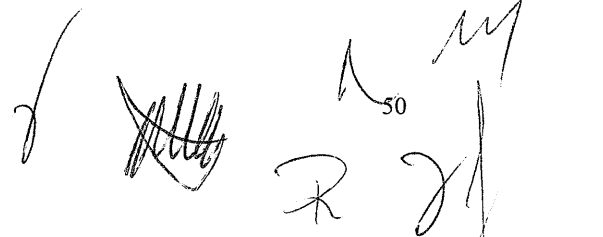
-9 MAR 15 930676

REG. DE EMISSÃO DE TÍTULOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 09 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 03 de março de 2015.

[REMANEÇA DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



Handwritten signatures and initials, including a large 'R' and a signature with '50' written below it.

-9 MAR 15 930676

REC. DE REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

[Página de Assinaturas da Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos e Colocação, da Let's Rent a Car S.A.]

LET'S RENT A CAR S.A.

Nome: Felipe Augusto Pina Trench
Cargo: Diretor

Nome: Ricardo Pinca Bernasconi
Cargo: Diretor

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Kelson Thales Cruzeiro Prates
Cargo: Procurador

RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.

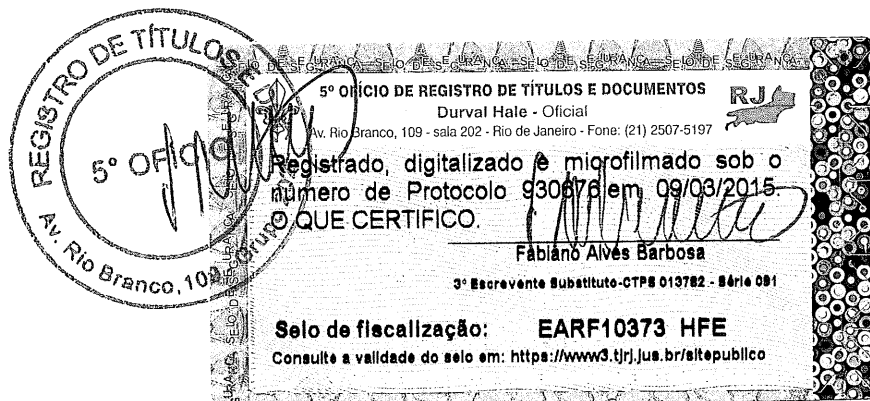
Nome: Felipe Augusto Pina Trench
Cargo: Diretor

Nome: Tiago Rino
Cargo: Diretor

AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.

Nome: Sergio Sarti Magnani
Cargo: Diretor

Nome: Renato Sarti Magnani
Cargo: Diretor



-9 MAR 15 930676

[Página de Assinaturas da Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos e Colocação, da Let's Rent a Car S.A.]

SÉRGIO SARTI MAGNANI**RENATO SARTI MAGNANI****MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES****MARIA TERESA MAGNANI HAGE****MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI**

TESTEMUNHAS:

Nome: MAURO DE PAULA
RG: 22.857.211-3 SSP/SP

Nome: MARCO ANTONIO DA SILVA
RG: 37.675.829-2

-9 MAR 15 930676

ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS E COLOCAÇÃO, DA LET'S RENT A CAR S.A.

TABELA DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

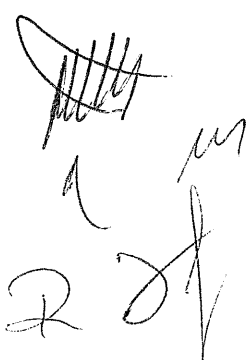
PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR DO PRINCIPAL ATUALIZADO
1	20/03/2016	2,0408%
2	20/04/2016	2,0408%
3	20/05/2016	2,0408%
4	20/06/2016	2,0408%
5	20/07/2016	2,0408%
6	20/08/2016	2,0408%
7	20/09/2016	2,0408%
8	20/10/2016	2,0408%
9	20/11/2016	2,0408%
10	20/12/2016	2,0408%
11	20/01/2017	2,0408%
12	20/02/2017	2,0408%
13	20/03/2017	2,0408%
14	20/04/2017	2,0408%
15	20/05/2017	2,0408%
16	20/06/2017	2,0408%
17	20/07/2017	2,0408%
18	20/08/2017	2,0408%
19	20/09/2017	2,0408%
20	20/10/2017	2,0408%
21	20/11/2017	2,0408%
22	20/12/2017	2,0408%
23	20/01/2018	2,0408%
24	20/02/2018	2,0408%
25	20/03/2018	2,0408%

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR DO PRINCIPAL ATUALIZADO
26	20/04/2018	2,0408%
27	20/05/2018	2,0408%
28	20/06/2018	2,0408%
29	20/07/2018	2,0408%
30	20/08/2018	2,0408%
31	20/09/2018	2,0408%
32	20/10/2018	2,0408%
33	20/11/2018	2,0408%
34	20/12/2018	2,0408%
35	20/01/2019	2,0408%
36	20/02/2019	2,0408%
37	20/03/2019	2,0408%
38	20/04/2019	2,0408%
39	20/05/2019	2,0408%
40	20/06/2019	2,0408%
41	20/07/2019	2,0408%
42	20/08/2019	2,0408%
43	20/09/2019	2,0408%
44	20/10/2019	2,0408%
45	20/11/2019	2,0408%
46	20/12/2019	2,0408%
47	20/01/2020	2,0408%
48	20/02/2020	2,0408%
49	20/03/2020	Saldo não amortizado do Valor do Principal









-9 MAR 15 930676

ANEXO II AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS E COLOCAÇÃO, DA LET'S RENT A CAR S.A.

TABELA DE PAGAMENTO DE DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO	PARCELA	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO
1.	20/06/2015	27.	20/02/2018
2.	20/09/2015	28.	20/03/2018
3.	20/12/2015	29.	20/04/2018
4.	20/03/2016	30.	20/05/2018
5.	20/04/2016	31.	20/06/2018
6.	20/05/2016	32.	20/07/2018
7.	20/06/2016	33.	20/08/2018
8.	20/07/2016	34.	20/09/2018
9.	20/08/2016	35.	20/10/2018
10.	20/09/2016	36.	20/11/2018
11.	20/10/2016	37.	20/12/2018
12.	20/11/2016	38.	20/01/2019
13.	20/12/2016	39.	20/02/2019
14.	20/01/2017	40.	20/03/2019
15.	20/02/2017	41.	20/04/2019
16.	20/03/2017	42.	20/05/2019
17.	20/04/2017	43.	20/06/2019
18.	20/05/2017	44.	20/07/2019
19.	20/06/2017	45.	20/08/2019
20.	20/07/2017	46.	20/09/2019
21.	20/08/2017	47.	20/10/2019
22.	20/09/2017	48.	20/11/2019
23.	20/10/2017	49.	20/12/2019
24.	20/11/2017	50.	20/01/2020
25.	20/12/2017	51.	20/02/2020
26.	20/01/2018	52.	20/03/2020

- 9 MAR 15 930676

ANEXO III AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS E COLOCAÇÃO, DA LET'S RENT A CAR S.A.

MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMISSORA PARA FINS DE ADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA 1ª EMISSÃO DA EMISSORA

[•] de [•] de 201[•]

À

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Fazemos referência a "Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Let's Rent a Car S.A. Nº CSBRA20131000152", celebrada em 05 de novembro de 2013, entre Let's Rent a Car S.A., na qualidade de emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas, Rodoviário Morada do Sol Ltda., Agropecuária Guaicá Ltda., Sérgio Sarti Magnani e Renato Sarti Magnani, na qualidade de Fiadores, Maria Eugênia Sarti Magnani Tavares e Maria Teresa Magnani Hage, na qualidade de Coobrigadas (a "Escritura da 1ª Emissão"). Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira neste instrumento, terão os significados estabelecidos na Escritura de Emissão.

Os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável: (i) que estão devidamente autorizados a emitir a presente declaração; e (ii) que a Emissora está adimplente com todas as suas obrigações decorrentes da Escritura da 1ª Emissão, em especial a obrigação descrita no item I, da cláusula 7.2, da Escritura da 1ª Emissão.

As declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Escritura da 1ª Emissão permanecem integralmente válidas e verdadeiras na presente data. A Emissora declara, ainda, que não está em curso nenhum dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura da 1ª Emissão.

Araraquara, [•] de [•] de 201[•]

LET'S RENT A CAR S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

